

RECORDES DE COR

81%

das prisões irregulares em decorrência de reconhecimentos fotográficos feitos em delegacias no país, entre 2012 e 2020, foram de pessoas negras. O levantamento da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais revela, ainda, que ocorreram 90 detenções do tipo no período. Dessas, 73 se deram no Rio de Janeiro — um sinal de que essa ilegalidade estrutural tem proporções ainda maiores.

35 anos

É o tempo estimado para que haja equivalência entre profissionais negros e não negros em órgãos do Poder Judiciário brasileiro. A previsão é o melhor cenário. Isso porque o estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) prevê a chegada a esse patamar entre 2056 e 2059, caso o ritmo atual de ingressos seja mantido. A pesquisa mostra que, entre 2013 e 2020, o percentual de negros e negras entre membros da magistratura no Brasil subiu de 12% para 21%. Para o CNJ, esse novo recorte é um impacto direto da implantação da política de cotas raciais no Judiciário.

PARTICIPE

Conferência para integrar líderes

Gustavo Pitta/Divulgação



Reserve os dias 2 e 3 de outubro para aproveitar um evento gratuito voltado para a formação e a integração de líderes negros e negras e o fomento da diversidade racial no mundo corporativo. É a Conferência Juntos 2021, organizada pela McKinsey & Company em parceria com grandes empresas, como Itaú, BTG, Coca-Cola, Ambev e Grupo Boticário. A quarta edição do evento segue guiada pelo tripé inspiração, desenvolvimento e conexão entre as gerações. Estão previstas palestras com profissionais negros de destaque e lideranças de empresas apoiadoras, além de feira de carreiras, workshops, treinamentos e exposições de empresas engajadas na diversidade racial. A ex-ginasta olímpica Daiane dos Santos (foto) e o músico e produtor Evandro Fióti participarão do evento com depoimentos inspiracionais. Inscrições no site <https://conferenciajuntos.com.br>.

Treinamento em marketing digital

SeylLou/AFP - 28/5/13



Estão abertas até a próxima quinta-feira, dia 23, as inscrições para uma iniciativa do Google e dos AfroGooglers que visa qualificar afroempreendedores e profissionais negros em marketing digital e publicidade. Gratuito, o Black Ads Academy terá aulas remotas ao vivo, de 27 de setembro a 15 de novembro, às segundas, terças e quartas-feiras, das 18h30 às 20h30. Haverá tradução simultânea em libras. Simulados sobre desenvolvimento e gerenciamento de anúncios e treinamentos com foco em desenvolvimento de carreira estão entre as atividades previstas. Interessados devem preencher formulário de candidatura no https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQL-Sf5X0q0BMly5_WAFIQWUyhqS_d3wPP8oIsEqqYEdaGH_5haMw/viewform

NOSSA HISTÓRIA

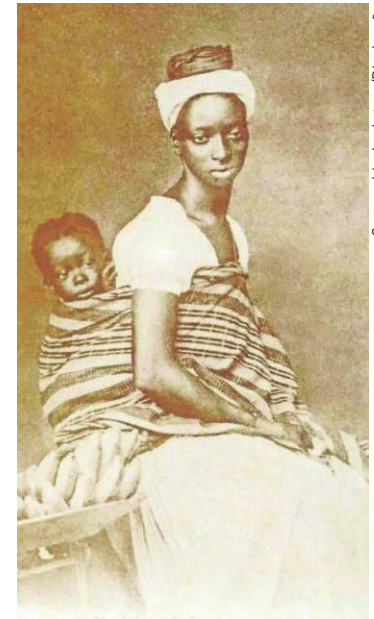
150 anos da Lei do Ventre Livre

Promulgada em 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre estabeleceu que, a partir de então, não nasceriam mais escravizados em terras brasileiras. Filhos e filhas de mulheres escravizadas ficariam sob a tutela dos senhores até os 8 anos de idade, momento em que o Estado brasileiro poderia pagar uma espécie de indenização e conceder a liberdade às crianças ou prorrogar a condição até os 21 anos, desde que a alforria fosse paga.

Em qualquer das condições, as mães não tinham o direito de criar os seus filhos. A elas era negada a maternidade, ressalta Marjorie Chaves, coordenadora do Observatório da Saúde da População Negra (PopNegra), da Universidade de Brasília (UnB). “Essa história é muito emblemática porque lembra muito situações que a gente vivencia no Brasil contemporâneo. Por exemplo, as mulheres em condições de cárcere, a maioria delas é negra, seguem sem a perspectiva de criar os seus filhos”, diz.

Marjorie também lembra que, na década de 1990, organizações e coletivos de mulheres denunciaram que negras eram esterilizadas, à revelia, no momento do parto em hospitais públicos. “Foi uma prática muito comum naquela época. Houve até uma CPI no Congresso para investigar esses casos”, detalha. “A questão é que,

150 anos depois da lei, as mulheres negras continuam enfrentando uma dificuldade enorme de vivenciar a maternidade, negada desde 1871. Seus corpos ainda são controlados pelo Estado, de forma que esse ventre livre não acontece, de fato, para todas as mulheres negras.”



Companhia das Letras/Divulgação



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press - 12/11/20

“Seus corpos (das mulheres negras) ainda são, até hoje, controlados pelo Estado, de forma que esse ventre livre não acontece, de fato, para todas”

Marjorie Chaves, coordenadora do Observatório da Saúde da População Negra (PopNegra), da UnB